

Territórios e Culturas Ibéricas

Conferências – 2 e 3 de Dezembro 2004

Gonçalo J. Poeta Fernandes

Capítulo II

- *Paisagens e territórios*

- *Paisagens e Territórios: enquadramento* - Lúcio Cunha

- *Nova requalificação dos territórios de fronteira* - Valentín Cabero Diéguez

- *Dinâmicas e transformações nas serras da Cordilheira Ibérica: da (des)articulação produtiva à (re)valorização ecocultural* - Gonçalo José Poeta Fernandes

- *Qualidade de vida na cidade da Guarda* - Prudência Maria Martins Valente

- *Puntos de interés geológico como patrimonio cultural y recurso socioeconómico* - Jerónimo Jablonski García

II - PAISAGENS E TERRITÓRIOS

2.2 - Dinâmicas e Transformações nas Serras da Cordilheira Ibérica: Da (Des) articulação Produtiva à (Re) valorização Ecocultural.

Gonçalo J. Poeta Fernandes¹

1. INTRODUÇÃO

A apropriação dos espaços de montanha tem sido realizada de forma diferenciada atendendo à sua localização, altitude, condições climáticas, recursos e acessibilidade, permanecendo estes espaços envoltos num ambiente de mistério e sacrifício face a estas imposições físicas permanentes. Os esforços que a montanha impõe, as grandes limitações de solo e clima, os baixos rendimentos, o isolamento, a escassez de serviços, são, entre outros, factores que contribuíram historicamente para a saída das suas gentes e, conseqüentemente, para a desarticulação da sua estrutura sócio-económica. Estes aspectos são agravados quando se localizam em regiões interiores, já elas com graves debilidades estruturais, o que gera processos de migração e de ruptura com o sistema produtivo tradicional.

A Cordilheira Central é uma unidade morfológica bem individualizada no espaço Ibérico, pelo seu traçado Noroeste-Sudeste, pela sua dimensão de cerca de 700 Km, pelos seus valores em altitude e pela fronteira que estabelece em termos de

relevo, ocupação humana e sistemas produtivos. O seu extremo ocidental engloba as serras de Béjar, Francia e Gata em Espanha e Malcata, Estrela, Gardunha e Lousã em Portugal. Este conjunto traduz uma estrutura morfológica complexa, de conjugação de um relevo ondulado com separações e contrastes sucessivos, entre serras e bacias. Ao longo dos tempos, a cordilheira tem sido ocupada de modos distintos, em função de factores políticos, económicos e sociais, que, de forma integrada ou individual, imprimiram a esta área usos e valorizações particulares. As significativas transformações da ocupação e dos modos de vida traduziram-se claramente na perda de população a um ritmo acelerado, no declínio das suas actividades tradicionais e na reconfiguração da paisagem. Neste sentido, os reflexos mais marcantes destes processos, originaram a perda de identidade e o emergir de novas vocações e aproveitamentos, com incidências distintas ao nível económico, social e territorial. As mutações introduziram rupturas importantes na estrutura e nas inter-relações existentes, dando lugar ao surgimento de novas perspectivas de exploração e uso, ainda que permitindo a coexistência das velhas funções.

2. SIGNIFICADO E DINÂMICAS DAS MÉDIAS MONTANHAS IBÉRICAS

Percecionadas de formas diversas ao longo dos tempos, em virtude do conhecimento, da ocupação e modos de vida que se foram estabelecendo, as regiões de montanha adquiriram significados e conotações que a associam quer a espaço de dureza e de fortes condicionalismos naturais,

1) Geógrafo, investigador associado na linha de acção Territórios, margens e mobilidades: dinâmicas, organização e requalificação

quer de fantasia e transcendência.

Percebidas de início como espaços de profunda restrição e fraca acessibilidade às actividades humanas, em virtude essencialmente dos seus condicionalismos físicos, têm vindo a conhecer novos cenários e apropriações em que se continuam a misturar traços de uma ocupação e usos arcaicos, com inovadoras funções e actividades. (FERNANDES, G:1999). Com efeito, podemos sumariamente estabelecer diversas fases ou etapas da sua percepção e uso ao longo do tempo, como espaço de:

- Profundas restrições e mistério - Período de uma visão mítica e sobrenatural, associada ao desconhecimento destes espaços, à imponentia física, ao isolamento e à dimensão dos processos climáticos e geológicos existentes. Prevaleceu até ao século XVIII, face à reduzida exploração e acessibilidade a estes lugares;

- Conquista e desafio - Incremento da acessibilidade e alargamento do seu conhecimento, a par com a exploração dos recursos naturais e usufruto lúdico pelas classes sociais mais privilegiadas. Período de grande actividade científica sobre estes territórios que permitiu esclarecer a sua dimensão e a interacção dos elementos físicos que os estruturam. Desenrolou-se de finais do século XIII ao XIX, mercê do alargamento das vias de acesso e conhecimento dos recursos naturais;

- Refúgio e exploração - Áreas refúgio pela imensidão de espaços marcadamente naturais, que albergam grande diversidade de espécies e apresentam uma significativa integridade dos recursos naturais. A abundância e a qualidade das águas, flora e subsolo impulsionaram o desenvolvimento de locais de exploração e de fixação da população, durante os finais do século XIX e primeiras décadas do século XX;

- Declínio e marginalização - Em resultado da migração da população e desarticulação das actividades tradicionais, ligadas aos sistema agro-silvo-pastoril e à pequena indústria, originando ruptura e crise no aproveitamento e percepção destes espaços, bem como nos equilíbrios estabelecidos. Verificou-se um incremento das práticas turísticas e de equipamentos de apoio, especialmente a partir da segunda metade do século XX;

- Valorização e preservação - Pelo crescente interesse e pela valorização de espaços de grande integridade eco-cultural, originando a criação de instrumentos de protecção, face à vulnerabilidade dos seus elementos e ao incremento da procura pelos habitantes das áreas urbanas, especialmente para actividades de recreio e lazer. Esta orientação tomou significado a partir da década de 70, com a classificação destes territórios em parques, reservas ou áreas naturais.

Estas várias percepções coexistem ainda hoje na montanha, condicionando e estruturando a paisagem, levando à criação de atractivos diversos, uns relacionados com o continuar de actividades e processos tradicionais, outros na sua procura para actividades lúdicas e desportivas, originando novas configurações e funcionalidades.

Pela sua individualização no espaço, face aos atributos morfológicos², onde impera o contraste de altitude com as áreas baixas, as áreas de montanha tiveram um papel de destaque na organização e dinâmica do território, quer pela atracção à conquista do mais alto, que importunou o homem desde sempre, à sua importância estratégica como locais de amplas visões (primordial para a defesa do território), ao aproveitamento e exploração dos seus recursos e reservas.

Ao nível económico destacam-se as actividades ligadas ao sector primário, que assenta numa agricultura de subsistência, limitada nas espécies e praticada de forma extensiva. Esta agricultura caracteriza-se pelo aproveitamento de pequenos espaços, que na encosta da montanha aparecem como patamares resultantes da interrupção do declive da vertente ou da criação pelo homem. Estes diminuem em número e dimensão à medida que nos afastamos das áreas mais baixas, isto é, em direcção ao cimo da montanha. A actividade de pastoreio é bastante significativa, continuando a apresentar-se como imagem de marca destes espaços e a forma mais rentável das actividades ligadas a este sector. Estas actividades e as próprias limitações físicas que as condicionam levam à existência de um sistema de relações e intercâmbios com as áreas baixas, de uma forma consolidada e mesmo secular, quando temos em consideração a transumância, o que leva a caracterizar a montanha, em simultâneo, como espaço de trânsito e de uso temporal, diversificado na mesma proporção da diversidade oferecida pelas condições ecológicas.

Para além da ocupação agrícola, verifica-se a existência de actividades industriais, assentes basicamente na transformação dos recursos da montanha, com destaque para os têxteis, madeiras e alimentação, sendo na sua maioria unidades de pequena dimensão, baixo nível tecnológico e gestão familiar, muitas delas de expressão artesanal.

O povoamento apresenta-se pouco disseminado e seguindo alinhamentos específicos, definidos pelo sopé das montanhas e vales dos principais cursos de água. Estes vales constituem os canais

2) A altitude é sem dúvida a característica que lhe induz os seus traços mais característicos quer do ponto de vista físico quer humano, estabelecendo as diferenciações de uso e a sua percepção na paisagem.

de ligação e articulação preferencial entre espaços de montanha e zonas baixas, representando pela sua riqueza as áreas de maior ocupação humana. É este povoamento que, sendo resultado dos condicionalismos físicos, estrutura as actividades económicas presentes nestes espaços.

A influência do relevo, essencialmente da altitude, implica de forma directa uma alteração no conjunto dos elementos físicos, de cuja conjugação resultam estruturas específicas, diferenciadas em função do tipo e intensidade dos elementos, que se traduzem por ecotopos³, como refere GARCIA FERNANDEZ, J.(1991), revelando paisagens e formas de apropriação distintas do espaço, em consequência dos elementos ecológicos e da acção do próprio homem.

A vida na montanha organiza-se em patamares diferenciados, em função das condições bioclimáticas, que de forma complementar e diversificada permitem alargar e dispersar as parcelas de cultivo mediante a altitude, exposição solar, natureza do solo e duração dos ciclos vegetativos. A descontinuidade, a pluriactividade e a mobilidade constituem mecanismos de organização, controlo do território e exploração dos recursos, no quadro do sistema agro-silvo-pastoril. A utilização de grande variedade de meios, a fim de diversificar as produções, constitui a forma de compensar a variabilidade climática e minimizar os riscos naturais. Neste âmbito, a vida na montanha é marcada por ritmos sazonais particulares que deixam as comunidades desocupadas em parte do ano, não sendo a agricultura e pastorícia geralmente suficientes para assegurar a subsistência das unidades familiares. Estes estrangimentos implicam um fenómeno comum à maioria das sociedades de montanha, que se traduz na plurifuncionalidade e nas migrações temporárias de trabalho, que originam um desequilíbrio territorial e, simultaneamente, uma abertura a novas dinâmicas económicas e sociais.

A oposição e interacção entre alto e baixo são uma constante destas comunidades, sobre as quais se estabelecem os fluxos populacionais, as culturas e modos de vida de forma interdependente e complementar. Para além da articulação e organização vertical do território, existem outras formas ligadas às dinâmicas económicas e/ou políticas que provocam, por si mesmas, a ruptura de equilíbrios antigos e tendem a substituir uma economia agrária tradicional em crise, por novas actividades e lógicas espaciais SACAREAU, I. (2003). Com efeito, as escalas de gestão ancestrais de vertente, vale ou maciço desarticulam-se,

3) Unidades espaciais diferenciadas com dimensão e singularidade em função da intensidade dos elementos combinados, ou do elemento que lhe dá expressão

sendo obrigadas a organizar o seu sistema a uma outra escala, regional, nacional e internacional, muitas das vezes desfasada da especificidade do geosistema montanhoso, mas de acordo com os interesses e as exigências do sistema económico das áreas urbano-industriais de que a montanha está dependente.

3. DESEQUILÍBRIOS SÓCIO-ECONÓMICOS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS SERRAS IBÉRICAS

A organização da paisagem na Cordilheira central torna-se complexa, atendendo à estrutura física e à evolução sócio-económica, originando uma organização espacial escalonada segundo diferentes patamares, que nalguns casos se apresentam bem diferenciados em função da topografia e das condições bioclimáticas, impondo modos de vida próprios. A ligação e articulação do homem com este território tem-se feito de forma descontínua e precária, a aferir pelas paisagens criadas e pelos proventos desta sua presença (FERNANDES, G. 1998). Como espaço de características marcadamente montanhosas, apresenta fortes limitações às actividades humanas mas, também, um potencial de recursos e património⁴ de grande valor e significado.

Como consequências, tem-se registado uma perda acentuada de população activa, que procurou nos meios urbanos⁵ de maior dinamismo económico, e no estrangeiro⁶, formas de vida que lhe possibilitassem rendimentos mais elevados e um aumento do bem-estar. A percepção das diferenças em termos de rendimentos, conforto e acesso a serviços evidenciou os desequilíbrios sócio-económicos e potenciou a mobilidade das populações. Este espaço viu-se ainda, de forma progressiva, afectado pelo envelhecimento e pelo desmantelamento e marginalização do sistema produtivo assente na agricultura e pastorícia. A

4) A sua área engloba de forma cruzada espaços vinicamente naturais com outros de grande valor histórico e cultural, que pela sua singularidade constituem áreas de grande valor e simbolismo, referentes quer à sua estrutura morfológica, à riqueza da sua fauna e flora, património edificado, dimensão cultural e etnográfica. Há também a assinalar diversas formas de povoamento e sistemas produtivos, onde se destaca as actividades primárias referentes à agricultura e pastorícia que aportam a estes espaços a genuinidade e autenticidade da montanha.

5) Em Portugal este processo foi direccionado para as áreas urbanas do litoral com destaque para Lisboa e Porto. Em Espanha Madrid pela sua proximidade geográfica e pelas possibilidades económicas oferecidas destacou-se.

6) Os países da Europa ocidental, com destaque para a França, Alemanha e Suíça, foram os que receberam maiores contingentes de população, em virtude da grande necessidade de mão-de-obra para a construção do país e estruturação do sistema produtivo do pós-guerra.

par deste processo verifica-se a escassez de iniciativas inovadoras, capazes de aproveitar os recursos endógenos e promover o desenvolvimento, com excepção para as actividades de recreio e lazer. Há também a assinalar um certo esquecimento pelas entidades administrativas, que só nas últimas duas décadas reconhecem a sua especificidade, o seu potencial e fragilidade.

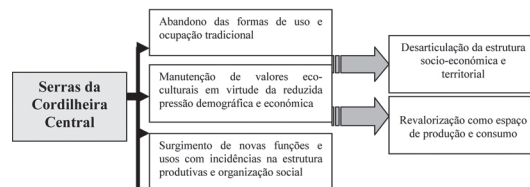


Figura 1 – Dinâmicas e desafios na cordilheira central

Na actualidade, a desestruturação socio-económica mantém-se, surgindo, em simultâneo, novas perspectivas de exploração do espaço assentes na valorização do património natural e cultural que constitui a base de referência para a melhoria do nível de vida nestas serras. As serras da Estrela e Béjar constituem os espaços de maior altitude deste extremo ocidental, cujos valores se aproximam dos 2000 metros no caso da primeira, sendo ultrapassado em Béjar (2425 m.). Ambas apresentam diferenciações assinaláveis entre a vertente oriental e ocidental, em termos de morfologia⁷, vegetação e ocupação humana. Por sua vez, as serras de transição, Lousã, Gardunha, Malcata, Gata e Francia, exibem altitudes mais modestas, mas bem individualizadas em relação aos espaços baixos adjacentes. Em termos morfológicos apresentam-se mais arredondadas e sem limitações ecológicas tão vincadas como as anteriores, embora bastante condicionadas para a acção do homem. São espaços de grande uso florestal e com actividades agrícolas e pecuárias realizadas de forma extensiva.

Estas serras afiguram-se como sistemas naturais e sociais desarticulados e desequilibrados, em virtude dos processos de apropriação e uso dos agentes económicos e da crescente pressão e submissão pelas áreas urbanas. O desenvolvimento de vias de comunicação e outros meios de relação social contribuíram para anular seus condiciona-

7) As vertentes conservam marcas da era quaternária, em função dos circos glaciares bem desenvolvidos, como os da Nave de Santo António, Trampal, La Solana, Hoya Mayor e Hoyuelas, dos lagos glaciares de que se destacam a lagoa comprida e o vale glacial do Zêzere, cuja sua dimensão, imponência e conservação, o torna dos mais preservados da Península Ibérica. As suas potencialidades hídricas e biogeográficas incrementa-lhe o seu interesse quer em termos económicos quer científico-culturais.

mentos⁸, mas também para evidenciar as desigualdades entre os meios de vida, com os espaços urbanos, e recalcarem o sentimento de inferioridade (CABERO DIEGUEZ, V 1980). Verifica-se que apesar do acréscimo de infra-estruturas de comunicação, energia, equipamentos colectivos e alojamento turístico, continuam a revelar acentuadas marcas de arcaísmo, onde a dureza das actividades, face às condições físicas (relevo acidentado, fortes declives, possibilidades agro-pastoris débeis e descontínuas e duras imposições climáticas) implicam uma organização do espaço e dos seus modos de vida para a subsistência. Estes elementos impõem um trabalho pouco produtivo, penoso, irregular e de baixa rentabilidade que tem contribuído para a saída de grandes contingentes de população e desarticulação da estrutura sócio-económica tradicional, alicerçada ao sistema agro-silvo-pastoril. Os espaços agrícolas vão sendo abandonados, ao ritmo do êxodo rural, progredindo assim os terrenos incultos e a florestação.

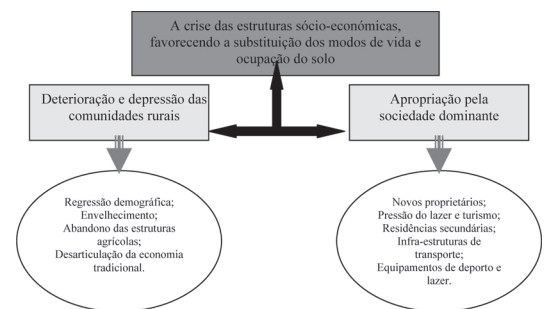


Figura 2 – Desarticulação da organização social e económica da montanha

Numa visão retrospectiva, das alterações e transformações sofridas ao longo do último século, período onde o espaço montanhoso sofre as maiores modificações em termos de posse e uso da terra, bem como da forma como é percebido, podemos estabelecer três fases. Até à primeira metade de século XX, este espaço caracterizou-se pela manutenção das formas de vida e sistemas de produção tradicionais, embora se dê início a alterações na gestão do território que vão marcar um novo ordenamento destas áreas de montanha. Num primeiro momento, relativa às três primeiras décadas, procedeu-se à apropriação dos baldios e das áreas florestais por entidades públicas, que se traduziu no desaparecimento progressivo de entidades comunais e no surgimento, em simultâneo, de pequenos proprietários. Este processo restringiu a actividade de pastorícia, em virtude das limitações e imposições criadas à deambula-

8) O isolamento, a falta serviços e equipamentos, a precariedade das condições de vida e a pequena amplitude dos processos produtivos, foram durante décadas os aspectos mais evidentes destas regiões.

ção dos gados e levou ao aparecimento de novas formas de delimitação da propriedade, bem como à necessidade de incremento da actividade agrícola, mercê do acréscimo populacional que a montanha registava. Procedeu-se, desta forma, a um aproveitamento mais rigoroso do espaço, que levou à ocupação de terras marginais e à construção indiscriminada de socalcos como meio de obtenção de terra para cultivo⁹. Está patente neste período uma crescente exploração dos recursos naturais e uma intervenção administrativa visando a sua gestão e exploração, especialmente dos baldios, que marcaram profundamente a ocupação do solo e as comunidades locais, que se relacionavam de forma cooperante e solidária.

A exploração florestal sofreu neste período um forte impulso, pela preocupação de rentabilização das áreas menos próprias para a agricultura, onde o pinho obteve o protagonismo da ocupação. Esta situação foi geradora de conflitos entre pastores, pequenos proprietários e entidades governamentais, pelas incompatibilidades criadas no uso do solo, constituindo uma das primeiras políticas de gestão da montanha e um forte revés para a organização destas comunidades e aproveitamento agro-pastoril. Estas imposições de florestação e limitação do uso de determinadas áreas, especialmente dos baldios, despoletaram um sentimento de frustração com as entidades administrativas e a perda de certas actividades tradicionais, de que se destaca a transumância.

A produção eléctrica começa a ser outra das formas de exploração da montanha, ao nível dos seus recursos hídricos, o que levou à construção de numerosas barragens e ao incremento da acessibilidade a estes locais, potenciando a instalação de novas actividades. A vocação turística expande-se em função da sua dimensão natural, da riqueza paisagística e do reconhecimento medicinal, embora com reduzida expressão em termos de meios de acolhimento.

A partir dos anos cinquenta assistiu-se ao período de crise do sistema agrário tradicional e do sistema territorial em que se apoiava, levando à desestruturação das comunidades de montanha, que estavam orientadas no aproveitamento dos recursos naturais (TROITIÑO VINUESSA, M.A., 1985). Verificou-se um forte fluxo migratório em direcção às áreas urbanas, especialmente do litoral, a pólos de especialização industrial e ao exte-

9) A vinha, o olival e algumas árvores de fruto foram-se difundindo para áreas cada vez mais distantes, especialmente das vertentes meridionais, enquanto a batata, centeio e trigo subiram em altitude até limites outrora impensáveis. Houve a necessidade de produzir em sistema de policultura, de modo a suprimir as necessidades alimentares do núcleo familiar e de fragmentar as propriedades por força da divisão por herança (FERNANDES, G. 2001).

rior. Esta perda de recursos humanos representa o processo mais significativo de subordinação e submissão das regiões de montanha às zonas urbano-industriais, originando desequilíbrio na estrutura social e económica. Este processo criou fortes limitações à sua evolução¹⁰ e a ausência de uma estratégia integrada de desenvolvimento levou ao seu "desmoronamento" (FERNANDES, G. 2001).

Nas últimas três décadas verifica-se a expansão turística, com o alargamento das unidades hoteleiras e equipamentos de desportos de Inverno, especialmente nas serras da Estrela e Béjar. Contudo, estes dinamismos não foram, até ao momento, suficientes para a resolução dos problemas sentidos e para a revitalização demográfica, que atingiu valores preocupantes e põem em perigo a manutenção de determinadas actividades e processos ecológicos.

A apropriação pela sociedade dominante de espaços ecológicos atractivos e de qualidade ambiental, especialmente dos espaços montanhosos mais próximos às áreas urbanas, onde as classes mais privilegiadas "colonizam" as terras libertadas pelos agricultores e pastores, levou a mudanças no uso e organização¹¹ destes territórios. O desaparecimento das formas tradicionais de gestão territorial¹², por um modelo administrativo institucional, levou a uma desarticulação das relações económicas e sociais estabelecidas, muitas delas de forma solidária, com conseqüentes rupturas na produção agro-pastoril e no uso de áreas comuns e baldios. Muitos destes terrenos foram apro-

10) Face às dinâmicas detectadas, que se reflectem no aproveitamento marginal do policultivo, rentabilidade económica negativa e redução da criação extensiva de gado, a mobilidade da população toma grande significado, pela sua evolução penalizadora, em virtude da forte migração em direcção às principais áreas urbanas e exterior. O sector industrial tradicional vai perdendo de forma crescente o seu dinamismo, traduzindo-se no encerramento de grande número de estabelecimentos que incrementam a instabilidade económica e social. Os escassos progressos ao nível de infra-estruturas de acesso e equipamentos sociais, pouco contribuíram para o surgimento e fixação de novas indústrias que possibilitem a criação de empregos e o progresso deste espaço. Houve contudo, neste período, o incremento e difusão dos equipamentos de turismo, onde se destacam as unidades hoteleiras e residências secundárias.

11) O Surgimento de mudanças produtivas e a introdução de novas formas de exploração dos recursos, contribuiu para o processo de desarticulação das bases sustentadoras do modelo social e territorial da montanha, dando origem a incompatibilidade de coexistência e desaparecimento de certas actividades tradicionais (ORTEGA VALCARCEL, 1989).

12) No sistema tradicional agro pastoril, cada núcleo, vale ou encosta constituía uma pequena sociedade com relativa autonomia, em que o comunitarismo era uma necessidade e indubitavelmente um elemento de coesão e solidariedade, com modos de vida e formas de uso do solo próprios, face aos ritmos e condições físicas da montanha (CABERO DIEGUEZ, V. 1980).

priados, de forma coerciva, pelo Estado, condicionando fortemente a sua forma de ocupação e modos de vida, estabelecidos com base na criação extensiva de gado.

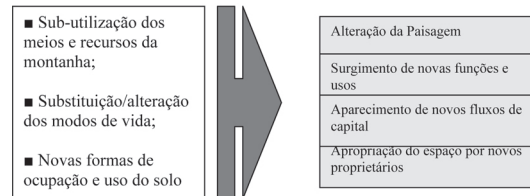


Figura 3 – Factores de ruptura com o sistema agro-pastoril tradicional

Assiste-se, progressivamente, a formas de organização económicas e espaciais disjuntas e polarizadas por actividades externas, com capacidade reduzida de integrar a maioria dos elementos das comunidades locais. Estes processos vão originar, a partir da década de 50: Perda acelerada de população, envelhecimento, desestruturação territorial; desaparecimento das organizações comunitárias e perda das infra-estruturas e serviços sociais. Estas regiões assistem a uma modificação profunda das suas comunidades e da sua organização territorial, o que implicou alterações significativas na paisagem e nos modos de vida. Estes processos originaram uma ruptura com o sistema tradicional e uma submissão crescente dos espaços de montanha à lógica economicista geral. Esta situação quebrou a relativa autonomia existente das comunidades de montanha, que estabeleciam sólidas relações de coesão e solidariedade (CABERO DIEGUEZ, V. 1980)

A abertura ao exterior e a estrutura económica tradicional incrementam as debilidades destas serras, em relação às áreas baixas, arrastando-as para a situação de crise com que se vêm debatendo ao longo das últimas décadas. O crescente relacionamento com as áreas urbanas e a participação de novos agentes vem modificando gradualmente os comportamentos das comunidades locais, levando à sua reconfiguração produtiva, demográfica e territorial.

O modelo de espaço produtivo (agro-florestal e pastoril), que prevaleceu fundamentalmente até à década de 70, revela-se incapaz de integrar, face ao funcionamento actual do mercado e as características próprias das áreas de montanha, em virtude das condições naturais menos favoráveis, à excepção das regiões com produções muito específicas e de forte identidade, que podem subsistir graças a uma política exigente e apoiada na qualidade.

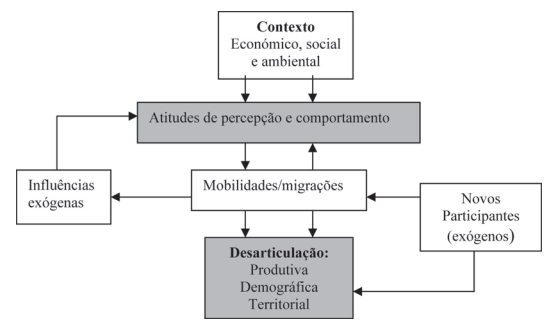


Figura 4 – As influências exógenas na desarticulação sócio-económica da montanha

A crescente valorização dos espaços de grande integridade natural e detentores de um assinalável património ecocultural leva a que as áreas de montanha, que constituem os ecossistemas mais bem conservados do continente europeu, conheçam nas últimas décadas um incremento da sua procura, com motivações e interesses ligados às actividades de recreio e lazer. Neste sentido, assiste-se a novos investimentos, proprietários e usos, que dão a estes territórios outras funcionalidades, com incidências directas sobre o território em termos de alargamento da oferta hoteleira, equipamentos desportivos e segundas residências.

Na actualidade, coloca-se um crescendo de preocupações no aproveitamento e gestão destas áreas, face à fragilidade que apresentam e aos novos desafios e cenários que se desenham, em virtude das suas funcionalidades e utilizadores. São espaços geradores de conflitos pelas diferentes orientações ou interesses de gestão e uso, resultantes internamente dos agentes interlocutores e população e externamente das políticas sectoriais esboçadas e potenciais consumidores. Sendo territórios económicos e demograficamente deprimidos, apresentam um potencial paisagístico e ambiental capaz de fomentar o desenvolvimento, assente em princípios de sustentabilidade e com condições para alimentar uma actividade tão dinâmica como é o turismo. Apesar dos impactos que esta actividade pode imprimir sobre o ambiente, decorrentes essencialmente de alguma massificação, que já hoje se faz sentir em determinados períodos do ano, a sua capacidade como factor revitalizador da economia local e regional terá de ser potenciada, em virtude da multiplicação das motivações e interesses dos seus usufrutuários, que percebem estes territórios como guardiães dos valores naturais e de grande integridade cultural.

CONCLUSÃO

Este corredor montanhoso encontra-se num processo de funcionamento complexo, em que a transformação da paisagem e dos sistemas pro-

ditivos aparecem marcados por novas formas de apropriação, com motivações e conotações distintas, especialmente relacionados com a actividade turística. Numa visão de conjunto, poderemos verificar que a economia tradicional, baseada na agricultura, pecuária e silvicultura, tem a partir dos anos cinquenta grandes dificuldades de desenvolvimento, levando à ruptura com modelo organizacional existente.

A valorização dos aspectos naturais, culturais e desportivos torna estas serras espaços de interesse turístico alargado, o que tem contribuído para o surgimento de novos proprietários e funções, numa lógica crescente de rentabilização económica, originando investimentos ao nível imobiliário e de equipamentos desportivos que têm transformado a paisagem e incrementado a sua procura para actividades de recreio e lazer, especialmente durante as últimas duas décadas, pondo em funcionamento novas formas de ocupação e uso do espaço. Esta situação, a par com a crescente necessidade de preservar territórios de grande valor ecológico, promoveu o desenvolvimento de políticas de gestão e ordenamento, que levaram à classificação destes territórios em áreas protegidas, nomeadamente em parques e reservas naturais. Destacam-se o Parque Natural da Serra da Estrela e Reserva Natural da Serra da Malcata em Portugal e os Parques Naturais da Serra da Gata, Francia e Monfrague em Espanha. Estas intervenções permitiram, por um lado, a salvaguarda e manutenção das suas características ecológicas, mas levaram, por outro, à sua não valorização como espaços de relação e equilíbrio social, económico e ambiental.

BIBLIOGRAFIA

BARRY, S. - "A Note on the Ecological Economics of Sustainable development", in *Sociedade e Território*, nº18, Junho de 1993.

BROC, N. - "Le milieu montagnard : naissance d'un concept", *Revue de Géographie Alpine*, nº 2-3-4, pp 125-153, Grenoble, 1984

CABERO DIEGUEZ, V. - "La despoblacion de las areas de montaña en españa y la transformacion del habitat. El ejemplo de las montañas galaico-leonesas (Sanabria y la Cabrera)", *Supervivência de la montaña*, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña, Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

CABERO DIEGUEZ, V. - *Espacio agrário e economia de subsistência en las montañas Galaico-Leonesas: La Cabrera*, Universidade de Salamanca, 1980.

CHAMUSSY, H. - "A propos de la spécificité des espaces de montagne" in *Revue de Géographie Al-*

pine, LXXVII,1-2-3, pp279-291, 1989.

COMMISSION EUROPÉENNE - *Une politique pour les Zones de Montagne*, Comité Economique et Social, CES 461/86, Bruxelles, 1988.

DIRY, J.- "Moyennes montagnes d'Europe occidentale et dynamiques rurales", *Revue de Géographie Alpine*, nº 3, pp 27-41, Grenoble, 1995.

DRAIN M. - "Les enjeux de l'eau dans les montagnes de la péninsule Ibérique", *Moyennes Montagnes Européennes. Nouvelles fonctions, nouvelles gestions de l'espace rural*, CERAMAC, Université Blaise Pascal, Clermont-Ferrand, 1999.

EAGLES, Paul, McCOOL, Stephen & HAYNES, Christopher (2002) - *Sustainable tourism in protected areas. Guidelines for planning and management*, IUCN, UK.

FERNANDES, G. - "Turismo em Regiões de Montanha: dimensão significado e perspectivas para a Serra da Estrela" *Beira Interior Região de Fronteira: Actualidades e Perspectivas*, UBI, Covilhã, 1998.

FERNANDES, G. - *A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: Uma avaliação para a Serra da Estrela* *Desenvolvimento Rural: Desafios e Utopias*, CEG, FLUL, Lisboa, 1999.

FERNANDES, G. (2001) - *Evolução e Significado do Extremo ocidental da Cordilheira Central, como espaço de articulação Histórico, Sócio-Económico e Ambiental.*, Actas 1º Congresso de Estudos Rurais, SPER, UTAD, Vila Real 2001.

GARCÍA ALVAREZ, A. - "Delimitacion de la montaña y criterios para su ordenacion", in actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

MARTINEZ DE PISÓN, E.- "Los conceptos y los paisajes de montaña". *Supervivência de la montaña*, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

MARTÍN JIMÉNEZ, M.I. - "Las montañas de Castilla y León en el marco de la política socio-estructural de la unión Europea". *Cambios Regionales a Finales de siglo XX*, AGE, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1995

MORMONT, M. - *Parcs Naturels et Gestion de l'Espace Rural*. Arlon: Fondation Universitaire Luxembourgeoise/Belgique, 1984.

SACAREAU, I. - *La Montagne. Une approche géographique*, Editions BELIN, Paris, 2003.

SIMON, A. - « *Fréquentation, aménagement et protection des espaces montagnards voués au tourisme et aux loisirs* », *Les montagnes objets géographiques*, Ellipses, Paris, 2001.

QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DA GUARDA

Prudência Valente

RESUMO

O conceito de qualidade de vida é complexo, mas relaciona-se com a satisfação das necessidades de uma população a nível económico, social, psicológico, espiritual e ambiental. A qualidade de vida é um conceito subjectivo que varia de indivíduo para indivíduo e de sociedade para sociedade, evoluindo com o progresso científico e tecnológico nos mais variados domínios (ex. saúde, habitação, transportes). À medida que as necessidades fundamentais da qualidade de vida vão sendo satisfeitas (ex. alimentação, saúde, habitação), são valorizados outros parâmetros como o reconhecimento social, a recuperação e a preservação do ambiente.

A expansão das cidades foi um dos fenómenos mais marcantes do século XX. O crescimento urbano, em muitos casos anárquico, foi acompanhado de um agravamento das condições de vida urbana conduzindo ao aparecimento de vários problemas que contribuíram para a diminuição da qualidade de vida dos seus habitantes.

A dinâmica e o desenvolvimento das cidades e a capacidade para assegurar a sua sustentabilidade resulta nos dias de hoje da capacidade dos mais diversos agentes políticos, entidades públicas e privadas, sociedade civil, para gerir as diversas qualidades com o objectivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida urbana. Um dos instrumentos que podem e devem ser utilizados para sentir a opinião dos "utentes" da cidade é a realização de estudos que avaliem a qualidade de vida urbana. Assim, neste estudo decidimos realizar um inquérito a 150 indivíduos residentes na Guarda, durante o mês de Outubro de 2004. Este questionário visava a caracterização dos inquiridos, mas fundamentalmente, obter a percepção global da qualidade de vida da Guarda e a importância atribuída a cada um dos parâmetros da qualidade de vida previamente definidos. Finalmente, estruturou-se uma divisão da cidade em 19 lugares com o escopo de captar um parecer sobre a qualidade de vida intra-urbana.

Os estudos sobre a qualidade de vida urbana assumem relevância, como suporte nas estratégias a definir pelas entidades responsáveis que promovam uma acção articulada com vista a um desenvolvimento harmonioso e sustentável de cada aglomeração urbana.

1. A QUALIDADE DE VIDA: UMA BREVE ABORDAGEM TEÓRICA E HISTÓRICA

O interesse pela qualidade de vida existe desde tempos imemoráveis, e o conceito em si foi evoluindo ao longo dos tempos, não sendo uma criação do século XX.

Na actualidade, interrogamo-nos cada vez mais com a forma como um determinado grupo social vive ou percebe uma situação. Segundo TOBELEM-ZANIN (1995) nas sociedades industrializadas, as mentalidades, as aspirações e as preocupações das populações são cada vez mais dominadas pela procura de uma melhor qualidade de vida que constitui um produto central da sociedade de consumo. Melhorar as condições de vida e do ambiente, "cultivar" o bem-estar e o sentir-se bem são o centro das preocupações de qualquer indivíduo (fig. 1). De acordo com DAMMEYER, Presidente do Comité das Regiões, no prefácio do Relatório Final "Avaliar a qualidade de vida nas regiões e cidades europeias" (1999:5), a melhoria da qualidade de vida das pessoas é um importante objectivo da União Europeia desde que a Europa empreendeu o caminho da sua unificação.

A definição de qualidade de vida não é consensual, mas apresenta aspectos que são partilhados pela maioria dos investigadores, nomeadamente a sua característica multidimensional, integrando dimensões objectivas e subjectivas. Outro aspecto reconhecido é que a qualidade de vida pode ser descrita em termos de domínios ou dimensões, cada um dos quais associado a um diferente aspecto da vida. De um modo geral, a qualidade de vida relaciona-se com a satisfação das necessidades de uma população a nível económico, social, psicológico, espiritual e ambiental, proporcionando tranquilidade, segurança e esperança de um futuro melhor.

A complexidade desta temática está associada à sua mútua simplicidade e generalidade. Para A. Lopes (1999), a ideia de qualidade de vida aparece na literatura, como um conceito que poderá ser classificado de "sincrético", quer dizer de uma visão de conjunto, confusa e compreensiva de um todo complexo.

A ligação da expressão "qualidade de vida" à ideia de felicidade é muito frequente, para não afirmar que é omnipresente, mas será que existe uma ideia mais multiforme do que a de felicidade? Cada um tem a sua própria noção de felicidade ou será igual para todos?

As questões da percepção, o modo como percebemos o mundo – o próximo e o longínquo – é uma terra incógnita que torna subjectiva qualquer abordagem, devido às influências idiosincráticas e grupais.

Tentar alcançar uma definição de qualidade

de vida passa também por relacionar as noções de satisfação e de bem-estar. Voltamos a imbricar em termos muito subjectivos que suscitaram a elaboração de uma obra de A. BAILLY, em 1981, "A Geografia do bem-estar". A título de exemplo, os estudos da UNESCO não estabelecem diferenças fundamentais entre qualidade de vida, bem-estar, ou mesmo felicidade. Segundo este organismo a única definição sustentável da qualidade de vida faz referência ao sentimento geral de felicidade. A UNESCO define a qualidade de vida como sendo a felicidade, considerando necessariamente a noção como subjectiva. G. Consolo através do seu artigo "A Informação da Qualidade de Vida" (1979) considera que o campo de investigação relacionado com a qualidade de vida é singularmente aberto. O seu significado varia bastante com a situação e as concepções de quem o utiliza.

Tal como ocorre com outros países na Europa, em Portugal, o interesse e a preocupação por esta temática da qualidade de vida levaram o VIII Governo Constitucional em 1981 a institucionalizar esta questão com a criação do Ministério de Estado e da Qualidade de Vida.

2. A QUALIDADE DE VIDA URBANA

Segundo o Professor Hernâni Gonçalves, vereador do Pelouro da Qualidade de Vida Urbana da Câmara Municipal do Porto, a qualidade de vida urbana converteu-se numa noção actual e de uso generalizado fazendo parte do discurso científico, político, técnico e até de alguma opinião fundamentada produzida na imprensa, sobre as diversas dimensões temas e problemas da vida nas cidades de hoje.

A população urbana está a crescer, pelo que importa pensar a cidade como um espaço de vivência onde a vida tenha qualidade.

Num primeiro momento, a expressão qualidade de vida aparece nos debates públicos associada ao meio ambiente e à degradação das condições de vida urbana. Já no século XI, com o desenvolvimento dos mercados e feiras e consequente afirmação social dos comerciantes, registou-se um aumento das funções das autoridades cívicas e religiosas ou laicas que poderiam garantir à cidade condições de bem-estar (PELLETIER e DELFANTE, 1999: 235). Esta situação evidencia que foram de facto a cidade e o crescimento urbano que provocaram a emergência do conceito de qualidade de vida, embora com diferentes significados e dimensões. Na Idade Média, sobretudo no Ocidente, com o desenvolvimento das cidades, as populações manifestavam preocupações com aspectos negativos da cidade, como a sujidade, procurando melhorar as condições de vida e higiene bastante precárias, quer em casa quer nas ruas. Esta opi-

nião é reforçada por PELLETIER e DELFANTE (1999: 237) ao afirmarem "que os regulamentos visavam a segurança, a ornamentação, a higiene, os serviços, e claro o habitat".

Ao longo dos séculos e até à grande urbanização do século XX que marcou o mundo inteiro, sobretudo o industrializado, a adopção de um modo de vida cada vez mais urbano despontou novos problemas e, nesse sentido, este crescimento urbano foi o impulsionador da evolução do conceito de qualidade de vida urbana.

É habitual afirmar-se que a cidade atrai população devido às condições de vida que oferece, enunciando-se vantagens como o fácil acesso e a abundância de bens e serviços, mas, não é menos verdade que acarretam um elevado e diversificado número de problemas.

O intenso crescimento urbano, realizado muitas vezes de forma caótica, tem-se traduzido na expansão de um espaço onde a população se debate dia a dia, com a sobrelotação e falta de equipamentos colectivos, com a degradação ambiental, com problemas levantados pela produção e armazenamento de lixos, com dificuldades associadas ao trânsito cada vez mais intenso e com problemas económicos e sociais, que tendem a manifestar-se sob a forma de falta de habitação condigna, de desemprego, o que conduz à exclusão social.

Ao longo dos anos foram introduzidas inúmeras medidas e políticas que têm como principal objectivo a minimização destes problemas, visando uma melhoria da qualidade de vida. Salientamos, entre elas, as regulamentações na construção de casas, a organização de políticas de circulação, a utilização de novos materiais, a uniformização das fachadas, a legislação urbanística e do ambiente urbano, o saneamento das cidades, a melhoria dos equipamentos individuais e colectivos, os processos de planeamento a nível da requalificação, reabilitação, renovação e revitalização urbana, valorização dos espaços verdes, climatologia urbana, volumetrias e urbanismo comercial. Dos vários programas que visam a melhoria das condições de vida urbana, destacamos o programa POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades) que pretende desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades. A implementação do programa POLIS revela uma crescente preocupação com o ambiente das cidades e a qualidade de vida dos cidadãos que ali residem.

Tal como sublinha o Professor Vítor Matias Ferreira, Director da Revista Cidades, a qualidade de vida nas cidades, sendo uma referência constante no discurso político, está também presente,

ainda que com entendimentos distintos, nos desejos e aspirações dos utentes das cidades. O Poder Central e as autarquias têm procurado recuperar a qualidade de vida urbana, tendo em conta a salvaguarda e valorização do património construído ou natural, através da articulação de políticas de ambiente, cultura e território, com vista a um desenvolvimento harmonioso e sustentável de cada aglomeração urbana, visando, também, uma capitalização de imagem urbana atractiva.

3. A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE DA GUARDA

A Guarda é uma cidade integrada na Região Centro sendo capital de distrito e sede de concelho. Fundada por D. Sancho I em 1199, é conhecida pela cidade dos 5 F's (Fria, Farta, Forte, Fiel e Formosa), contava nos Censos de 2001 com uma população de 25807 habitantes, distribuídos pelas freguesias urbanas de São Vicente, Sé e São Miguel.

A cidade da Guarda registou um crescimento demográfico desarticulado com acções de planeamento, o que conduziu em alguns lugares da cidade a uma diminuição da qualidade de vida, despoletando um interesse pela avaliação das condições de vida urbana. Para atestar o dinamismo demográfico apreciável que a cidade da Guarda teve em termos populacionais regista-se a duplicação da população nos últimos 40 anos (fig. 2), que evidenciou um aumento demográfico contínuo do seu efectivo populacional. Este crescimento foi mais evidente nos anos 60 (variação de 36,13%) e nesta última década, em que a cidade da Guarda averbou a maior variação populacional positiva (36,93%). Este aumento demográfico registado na Guarda deve-se ao seu próprio crescimento natural, mas também por ser receptora do êxodo rural, constituindo um pólo de atracção para a população e pela primeira nos Censos de 2001, o número total de habitantes da cidade é superior ao das freguesias rurais do Concelho. O Ensino Superior potenciou esta atractividade, fixando um número considerável de população jovem.

FIG. 2 – Variação da evolução da população da Guarda

Neste estudo optou-se por dirigir um inquérito a cidadãos residentes na cidade da Guarda, mais propriamente nas freguesias urbanas da Sé, São Vicente e São Miguel, limitando-se a população alvo a indivíduos inseridos na população activa e os que já exerceram uma actividade (aposentados, reformados e desempregados).

O inquérito foi aplicado a 150 indivíduos, durante o mês de Outubro de 2004, e o questionário adoptado, composto por questões fechadas foi

estruturado em torno de dois pontos principais:

Caracterização dos inquiridos – as questões colocadas neste ponto visaram a descrição dos inquiridos em relação à idade, sexo, estado civil, número de filhos e situação de dependência dos mesmos, habilitações literárias, profissão e situação profissional, características da habitação (propriedade, tipo, dimensão), número, idade e gama dos automóveis do agregado familiar e o acesso a tecnologias de informação como computador, Internet e TV por cabo;

Percepção da qualidade de vida – neste caso procurou-se captar a percepção global da qualidade de vida na cidade da Guarda e a importância atribuída a cada um dos parâmetros da qualidade de vida previamente definidos. Tendo em conta os 38 aspectos seleccionados que influenciam a qualidade de vida e a imagem da cidade que reúnem referências como a habitação, o planeamento urbano, a monumentalidade, os espaços verdes, o turismo, o comércio e serviços, o emprego, as acessibilidades, a segurança, a saúde, a educação, o desporto, o lazer, a cultura, a poluição/ambiente, os problemas sociais e o clima, remeteu-se para uma apreciação quantitativa/qualitativa de cada um destes aspectos, bem como a evolução que têm registado. Finalmente, estruturou-se uma divisão da cidade em 19 áreas com o propósito de obter a opinião relativa centrada exclusivamente na identificação da área mais e menos problemática/pior e melhor servida para cada um dos 38 aspectos da qualidade de vida considerados, efectuando, desta forma, um parecer sobre uma espacialização da qualidade de vida intra-urbana.

A análise que seguidamente apresentamos fundamenta-se nos resultados obtidos através do inquérito aos habitantes da cidade da Guarda. Naturalmente que o conjunto de informação reunido é extenso, justificando uma exploração mais rica dos elementos que dispomos sobre a percepção da qualidade de vida, que será efectuada num projecto com o espaço e o tempo necessário para o aprofundamento desta análise. Esta investigação pretende ser um ponto de partida para outros ensaios tais como um observatório da qualidade de vida da cidade da Guarda ou a criação de um sistema de monitorização da própria qualidade de vida que poderiam ser aproveitados nomeadamente pelo Poder Autárquico nos domínios sob a sua responsabilidade. Os resultados apresentados serão apenas as principais constatações e conclusões obtidas através do tratamento dos dados do inquérito.

3.1. Caracterização dos inquiridos

De acordo com os dados recolhidos nos inquéritos, apurou-se que relativamente à estrutura

etária dos inquiridos, as idades variam entre os 22 e os 77 anos. Tendo em conta esta amplitude, agruparam-se os inquiridos por classes de idades. Cerca de 2/3 dos inquiridos (67,3%) tem idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos de idade, o que resulta numa média de idade dos inquiridos de 39,25 anos de idade.

A distribuição dos inquiridos por sexos é quase homogénea, dado que de 52,7% dos inquiridos são do sexo masculino e 47,3% são do sexo feminino.

Em relação ao estado civil dos inquiridos, constata-se que cerca de 2/3 dos inquiridos são casados, enquanto que os solteiros representam 1/4 dos inquiridos.

No que concerne ao número de filhos dos inquiridos, verifica-se que 35,3% não têm filhos. Dos inquiridos com filhos, constata-se que a maioria tem um ou dois filhos, expressando 56% dos inquiridos. Do número total de filhos dos inquiridos (170 filhos), assinala-se que a grande maioria são dependentes (80,6%).

As habilitações literárias dos inquiridos e dos cônjuges são diversificadas, mas quer nos inquiridos quer nos cônjuges a licenciatura é a habilitação literária com maior representatividade.

Em relação às profissões dos inquiridos e dos cônjuges, verifica-se uma grande heterogeneidade, o que implicou o seu agrupamento para facilitar o estudo/tratamento. Nos inquiridos, as profissões liberais e os quadros médios e superiores (PLQMS) são as actividades com maior expressão e, nos cônjuges os trabalhadores por conta de outrem na indústria, comércio e serviços (TCOTICS). A partir das profissões dos inquiridos e da situação na profissão foi atribuído um valor, formulando um índice numa escala de 1 a 10, que permitiu hierarquizar e distribuir os inquiridos por classes, utilizando sempre o mesmo critério. Assinala-se que as classes média alta e média são as mais representativas.

Para caracterizar as habitações dos inquiridos efectuaram-se quatro questões distintas que numa primeira análise, permitem sustentar que a maioria dos mesmos possui habitação própria, reside em apartamentos, tem garagem e a dimensão que predomina é o T3.

A maioria dos automóveis dos inquiridos tem entre 1 e 8 anos de idades, sendo maioritariamente de gama média.

Nem todos os inquiridos têm acesso às tecnologias consideradas no inquérito (computador, Internet e TV por cabo), mas numa ordem decrescente de acesso às tecnologias estudadas e em termos percentuais surge o computador, a Internet e a TV por cabo.

3.2. A percepção da qualidade de vida

O aparecimento do conceito qualidade de vida como tal e a preocupação por uma avaliação sistemática e científica do mesmo é relativamente recente, surgindo num referencial de rápidas e contínuas mudanças sociais. Avaliar a qualidade de vida constitui uma tarefa difícil porque envolve uma dimensão objectiva e até mensurável e uma dimensão subjectiva, directamente relacionada com a percepção diferenciada de cada indivíduo.

Tal como já foi referido anteriormente, não existe uma definição unânime em relação à noção de qualidade de vida, sendo utilizada e confundida muitas vezes com o nível de vida e o bem-estar, conceitos que efectivamente integra. De facto, na qualidade de vida das populações as questões relacionadas com a vertente económica são determinantes e assumem condição essencial, mas as questões do foro social, cultural, psicológico, entre outras, também são muito importantes. Assim, a noção de qualidade de vida integra vários parâmetros que vão desde a dimensão económica (nível de vida) até outras dimensões, como a social relacionada com o bem-estar que diz respeito a tudo o que possa satisfazer as mais diversas aspirações dos indivíduos.

De acordo com pesquisas bibliográficas foram seleccionados 16 parâmetros que integram a qualidade de vida: saúde, educação, segurança, vida cultural, ambiente, reconhecimento social, situação económica, habitação, emprego, liberdade/justiça, acessibilidades/mobilidade, relações sociais, comércio/serviços, tempo de lazer/recreio, acção social e habilitações.

Nos inquéritos foi solicitado aos inquiridos que atribuíssem um valor qualitativo numa escala de importância dividida em: nenhuma importância, algo importante, importante, muito importante e extremamente importante a cada um dos parâmetros supracitados. Dos 16 parâmetros escolhidos, a saúde foi o único parâmetro a ser considerado extremamente importante por mais de 75% dos inquiridos (fig. 3). Torna-se pertinente salientar que a importância que cada indivíduo concedeu aos vários parâmetros considerados foi distinta, reforçando ainda mais a subjectividade inerente à percepção da qualidade de vida. Para além da saúde, destacam-se pela sua extrema importância, a educação e o emprego que foram consideradas por mais de metade dos inquiridos como extremamente importantes. As respostas em relação a parâmetros da qualidade de vida com nenhuma importância escassearam mas destaca-se a percentagem obtida pelo reconhecimento social.

FIG. 3 – Importância dos parâmetros da qualidade de vida

Tendo em conta a valorização dada pelos inquiridos a cada parâmetro da qualidade de vida foi possível estabelecer uma ordenação. O critério utilizado foi a atribuição de um valor quantitativo de 1 a 5, para cada resposta a cada um dos parâmetros considerados (Nenhuma Importância – 1, Algo Importante – 2, Importante – 3, Muito Importante – 4 e Extremamente Importante – 5) de forma a traduzir num valor essa mesma percepção. O valor máximo que cada parâmetro poderia atingir seria de 750, corresponde à multiplicação da atribuição da valorização 5 (extremamente importante) pelos 150 inquiridos e o valor mínimo de 150 resultante do produto da valorização 1 (nenhuma importância) pelos 150 inquiridos. Após a soma dos valores atribuídos para cada parâmetro elaborou-se uma seriação que permitiu hierarquizá-los. A saúde, a educação e o emprego são os parâmetros da qualidade de vida mais valorizados e o comércio/serviços, a vida cultural e o reconhecimento social são os menos valorizados. Da análise destes resultados, podemos afirmar que os parâmetros associados a serviços públicos, como a saúde, a educação, a segurança, a liberdade/justiça e em parte o emprego são os mais valorizados para a qualidade de vida. Estes resultados são corroborados pelo Documento de Síntese do parecer apresentado pelo London European Forum à Convenção sobre o Estatuto dos Serviços de Utilidade Pública que decorreu em Julho de 2003, que salienta que a qualidade de vida nas regiões e cidades da Europa depende, em grande medida, da existência de serviços públicos. No quadro 1 estão identificados os parâmetros por ordem decrescente de importância.

QUADRO 1 – Classificação dos parâmetros da qualidade de vida por importância

No inquérito era pedido aos inquiridos que classificassem a qualidade de vida na cidade da Guarda, entre Muito Má, Má, Satisfatória, Boa e Muito Boa, de forma a obter uma percepção geral dessa mesma qualidade de acordo com o total da amostra (150 inquiridos). Destaca-se o facto de nenhum inquirido considerar a Guarda uma cidade com muito má ou com muito boa qualidade de vida. Apesar de existir uma percentagem muito reduzida de inquiridos que avalia a qualidade de vida como má, mais de metade dos inquiridos classificam-na como satisfatória (fig. 3), não sendo desprezível a percentagem de inquiridos que considera boa (34%) a qualidade de vida da Guarda.

FIG. 3 – Classificação da qualidade de vida na cidade da Guarda

Em 1999, José Mendes publicou o livro "Onde Viver em Portugal", que teve como principal objectivo analisar a qualidade de vida nas capitais de distrito que resultou na elaboração de um "ranking" da qualidade de vida onde a Guarda se posicionou em 2.º lugar só superada por Lisboa. A poluição foi uma das 9 áreas temáticas consideradas, onde a Guarda obteve o melhor "score", primeiro lugar, atendendo à qualidade do ar, da água e ao ruído.

O Diário de Notícias avançou com um projecto em Fevereiro de 2000, com o escopo de encontrar a cidade onde se vive melhor, ou seja, a cidade com melhor qualidade de vida. O trabalho foi dirigido pela jornalista Céu Neves que contou com a colaboração de duas docentes e investigadoras do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE) na área da Sociologia Urbana, Isabel Duarte (socióloga) e M.ª José Maranhão (geógrafa). Do trabalho foram excluídas as cidades que fazem parte das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, assim como as cidades das regiões autónomas dos Açores e Madeira. Por consenso seleccionaram 32 cidades, entre as quais, a Guarda. Utilizando 15 áreas temáticas, foi possível estabelecer a classificação das 32 cidades portuguesas analisadas, onde a Guarda ficou novamente num notável 2.º lugar apenas superada pela cidade de Coimbra, ocupando o primeiro lugar na segurança social e comércio/serviços e noutras áreas posições de destaque.

Através destes estudos, comprova-se que não existe uma única qualidade de vida, mas que existem qualidades numa cidade que determinam a sua maior ou menor qualidade de vida.

Avaliar a qualidade de vida urbana é algo complexo e subjectivo que joga com uma dimensão propriamente qualitativa das cidades, enquanto tais, mas também com as condições e modos de vidas das pessoas que habitam, trabalham e circulam nessas mesmas cidades. Por em prática um conceito que abrange as múltiplas dimensões da vivência quotidiana da actual civilização urbana é uma ciclópica tarefa de gerações, onde a habitação, a saúde, a educação, a cultura, o ambiente, a mobilidade/acessibilidades, a segurança, o desporto/cultura/lazer, entre outros são os pilares onde vão assentar as pontes para o futuro que se deseja sustentável.

Para se ter uma melhor percepção da qualidade de vida na cidade da Guarda, ou seja, uma ideia da qualidade de vida urbana, nos inquéritos realizados foram consideradas 38 aspectos discriminados no quadro 2 englobando 12 parâmetros da qualidade de vida (quadro 2). A partir da atribuição de valores segundo uma escala de 1 (pior) a 5 (melhor), somaram-se todas as respostas dos

inquiridos para cada um dos aspectos de forma a obter uma seriação. Os aspectos melhor classificados foram a qualidade do ar, a acessibilidade periférica e a poluição industrial e os com menor pontuação, os cinemas, o emprego e os palcos de espectáculos. De facto, a população inquirida tem a noção concreta da qualidade do ar na cidade da Guarda, já certificado pela Federação Europeia de Bioclimatismo, que poderá constituir, como já aconteceu no passado, um centro de referência no tratamento de doenças respiratórias. A obtenção da certificação da primeira "Cidade Bioclimática Ibérica" resultou de um processo desencadeado em Novembro de 2002 pela Associação para a Promoção do Ambiente e Saúde do concelho da Guarda (Guard'Ar) com a realização de um estudo, em colaboração com o Instituto Clínico de Alergologia do Hospital Inglês (ICAH) de Lisboa e orientado pelo Centre Européen Médical et Bioclimatique de Recherche et d'Enseignement Universitaire (CEMBREU).

QUADRO 2 – "Ranking" dos aspectos da qualidade de vida

Para se conseguir uma análise mais global, efectuámos o somatório dos aspectos da qualidade de vida englobados em cada parâmetro, dividindo-se pelo número de questões integradas em cada um deles, de forma a obtermos uma soma média que nos facultasse comparações. Verificamos que não é apenas a qualidade do ar que sobressai, existindo uma percepção favorável no parâmetro de índole ambiental. A segurança, a acessibilidade/mobilidade são também parâmetros que se destacam pela positiva (quadro 3), contrariamente ao emprego e à saúde. Os dois parâmetros referenciados pela negativa, não serão exclusivos da cidade da Guarda, extrapolando uma visão algo pessimista de uma realidade nacional, em que estes dois parâmetros da qualidade de vida não auferem de boa imagem.

QUADRO 3 – "Ranking" do agrupamento dos aspectos da qualidade de vida

Em termos de evolução, os resultados apurados indiciam uma situação que reflecte a não evolução na maior parte dos aspectos, uma vez que 30 dos 38 aspectos da qualidade de vida têm uma percentagem superior a 50% nas respostas dos inquiridos na opção "sem alteração" (quadro 4). Com mais de metade das respostas dos inquiridos, destaca-se a evolução claramente negativa (56%) obtida pelo emprego. Este parâmetro foi o único que teve efectivamente uma evolução desfavorável, facto que se pode justificar essencialmente

pelo encerramento de várias empresas com um número considerável de trabalhadores. Ainda dos resultados obtidos ressaltam a evolução positiva da acessibilidade periférica, dos serviços de sociabilidade e qualidade da habitação. A construção da VICEG, da A23, A25, modernização da linha ferroviária, contribuiu para a opinião manifestada por 76% dos inquiridos que notoriamente reconhecem que a acessibilidade periférica da cidade da Guarda sofreu uma evolução favorável. Quem passa pela Guarda não fica indiferente ao número de cafés, restaurantes existentes na cidade, opinião que foi partilhada por 62,7% dos inquiridos. Nos últimos tempos assistido a uma edificação de novas áreas residenciais que são o reflexo do crescimento populacional das três freguesias urbanas (Sé, São Vicente e São Miguel) que integram a Guarda. A visibilidade deste aspecto novo e recente condiciona as respostas, transmitindo uma sensação de qualidade, o que se reflecte nos 62,7% das respostas que obteve o aspecto "qualidade da habitação".

QUADRO 4 – Evolução dos aspectos da qualidade de vida

Uma questão de indiscutível relevância no estudo da qualidade de vida urbana prende-se com a própria escala, ou seja a definição, do espaço sobre o qual vai recair o estudo. Neste caso optámos por fazer uma aproximação mais ou menos coincidente dos limites e áreas edificadas da cidade da Guarda, tarefa que não se revelou nada fácil porque o espaço urbano caracteriza-se por contrastes e por uma grande heterogeneidade de usos e ocupações do solo e por ampla diversidade funcional. Estes aspectos foram tidos em conta na delimitação dos 19 lugares da cidade que nos possibilitassem avaliar a qualidade de vida intra-urbana (fig. 4).

FIG. 4 – Divisão da cidade da Guarda por lugares

1. C. M.G./Tribunal/H. Turismo/Jardim J. Lemos
2. Sé/Santa Clara
3. São Vicente/Avenida dos Bombeiros
4. C. C. Garden/Prolar/Bairro da Caixa
5. Bonfim/Merc. Municipal/Bro 25 Abril/Seminário
6. Parque Saúde/Av. D. Amélia/Al. Sto. André/Torrão
7. P. Municipal/Estádio/Inatel/Esc.Af. Albuquerque
8. Lameirinhas
9. Urb. Ferrinho/Catraia da Alegria
10. Castelos Velhos/Tapada do Coelho/Modelo
11. Bairro da Luz/Póvoa do Mileu
12. Esc. Secundária da Sé/Sra. dos Remédios
13. Alfarazes
14. Parque Industrial
15. Bairro do Pinheiro
16. Rio Diz/Escola S. Miguel
17. Bairro S. Domingos
18. Guarda-Gare
19. Sequeira/Rasa

Foi proposto aos inquiridos que identificassem para cada um dos 38 aspectos da qualidade de vida dois lugares dos 19 pré-definidos, que correspondessem respectivamente ao lugar da cidade mais e menos problemático/pior e melhor servido. A informação recolhida permite tirar bastantes conclusões, mas devido ao número elevado de elementos optámos por sintetizá-los para não tornar este artigo muito exaustivo.

Atendendo aos agrupamentos já elaborados em considerações anteriores, foi possível discriminar de uma forma geral, o(s) lugar(es) mais e menos problemáticos associados aos 12 parâmetros da qualidade de vida urbana.

Foram identificadas cinco áreas mais problemáticas/pior servidas nos 12 parâmetros considerados (quadro 6):

- Alfarazes (13) – é considerado o local mais problemático ou pior servido no que respeita a comércio/serviços, emprego, cultura/desporto/lazer, saúde e acção social/problemas sociais. O lugar em questão é nitidamente penalizado pela escassez ou inexistência de tudo o que está associado a estes parâmetros.

- São Vicente/Av. Bombeiros (3) – é referido como o lugar mais problemático ou pior servido no que concerne a habitação/planeamento, acessibilidades/mobilidade, segurança, acção social/problemas sociais. A localização no centro histórico, com ruas estreitas, com habitações antigas e degradadas (embora nos últimos anos esta área seja alvo de intervenção de políticas de recuperação da qualidade de vida, nomeadamente o programa POLIS), com uma população envelhecida e carenciada, a existência de locais de diversão nocturnos potenciam a opinião negativa que os inquiridos têm desta área. Em termos de ambiente é considerado o segundo sítio mais problemático, associando problemas relativos à qualidade da água (canalizações antigas), saneamento básico (parque habitacional muito antigo) e recolha de lixo (área sem contentores, o que cria pelo menos uma má imagem visual).

- Guarda-Gare (18) – é mencionado como o lugar mais problemático ou pior servido em relação à cultura/desporto/lazer e ao turismo. Esta área pertence à freguesia de São Miguel da Guarda criada em 04/10/1985, Lei n.º 93/85, pode ser considerada um segundo centro da cidade, devido à quantidade de actividades económicas (indústrias, comércio e serviços) existentes, justificada pelo crescimento populacional registado nesta área da cidade, traduzido numa variação da população de 45,51% entre os Censos de 1991 e 2001, passando de 4628 para 6734 habitantes (população residente). No entanto, este crescimento populacional não foi acompanhado pela implementação

de algumas infra-estruturas e equipamentos sobretudo de cultura/desporto/lazer, ou seja, esta área é referenciada negativamente não por ser mais problemático, mas por estar mal servida destes equipamentos. Em termos turísticos, e devido à urbanização galopante e desconcertada é uma zona pouco ou nada atractiva.

- Parque Industrial (14) – é registado como a pior área em termos de ambiente, apenas justificável pela associação mental directa entre indústria e poluição. Como atrás foi referenciado o segundo pior lugar é São Vicente/Av. Bombeiros.

- Sé/Santa Clara (2) – é assinalado como o lugar mais problemático no conforto térmico/clima, o que é facilmente explicável pela altitude (corresponde à parte mais alta da cidade), o que acentua o agravamento de alguns elementos do clima, nomeadamente a temperatura, a precipitação, a humidade e o vento. De notar que nesta área da cidade a habitação é bastante antiga, não oferecendo condições que proporcionem conforto térmico.

QUADRO 5 – Áreas mais e menos problemáticas

Pela análise do quadro 5, constata-se que a apreciação feita pelos inquiridos em relação às áreas menos problemáticas/melhor servidas nos 12 parâmetros considerados abrangem:

- CMG/Tribunal/H. Turismo/J. J. Lemos (1) – regista as opiniões mais favoráveis no que respeita comércio/serviços, segurança e cultura/desporto/lazer. É fácil justificar esta concepção dado que é nesta área que se concentram todo o tipo de comércio, os serviços mais variados (bancos, consultórios médicos, seguros, tribunal, conservatória, segurança social, autarquia, governo civil, polícia, GNR). A sensação de segurança nesta zona mais central da cidade pode dever-se à presença das instalações da PSP e GNR nesta mesma área. A maioria das actividades culturais e espaços de cultura concentra-se neste lugar da cidade, também dotado de diversos espaços de lazer.

- Esc. Secundária Sé/Sra. dos Remédios (12) – concentra os juízos mais positivos nos parâmetros – habitação/planeamento, acção social/problemas sociais e ambiente. Estes resultados decorrem da existência de um parque habitacional bastante recente e conservado nesta área da cidade, da fraca incidência de problemas sociais como a pobreza e a prostituição e de ser um sítio com pouco ruído e bem servido em qualidade da água, saneamento básico e na recolha do lixo.

- Guarda-Gare (18) – é indicado pelos inquiridos como o melhor lugar em termos de emprego, acessibilidades/mobilidade e clima. A Guarda-Gare

é local que é facilmente associado à existência de emprego devido à localização da DELPHI, com boa acessibilidade/mobilidade, onde confluem o IP5, a A23, a linha ferroviária da Beira Alta e da Beira Baixa e que se localiza a altitudes menos elevadas proporcionando um melhor conforto térmico.

- Parque Saúde/Av. D. Amélia/Alameda Sto. André/Torrão (6) – referenciado como o local menos problemático relativamente à saúde e ambiente, pois é aí que se localiza o Hospital Distrital Sousa Martins e o Centro de Saúde, envoltos por espaços verdes com alguma imponência (Parque Municipal e Parque de Saúde – antigo Sanatório) e pelo corredor verde da Av. Rainha D. Amélia.

- Parque Municipal/Estádio/Inatel/Esc. Sec. Afonso de Albuquerque (7) – reúne as opiniões mais favoráveis em termos de cultura/desporto/lazer e educação. A nomenclatura que identifica este lugar da cidade é mais que suficiente para legitimar as opiniões dos inquiridos que o referenciam como o segundo mais bem servido em termos de cultura/desporto/lazer. Segundo os inquiridos, esta área da cidade é a mais bem apanhada em termos de educação, porque nela se localizam uma escola secundária (Afonso de Albuquerque) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

- Sé/Santa Clara (2) – evidenciado como o local melhor servido da cidade em termos de turismo, devido à presença de vários monumentos, dos quais se destacam a Sé Catedral e a Torre de Menagem.

- Parque Industrial (14) – identificado como o lugar menos problemático para o emprego, justificado pela presença de várias empresas que fixam muitos empregados.

Para terminar este estudo, a partir das respostas obtidas para os 38 aspectos da qualidade de vida urbanos considerados, podemos concluir em relação aos lugares em que a cidade foi dividida que:

- os lugares 3 (S. Vicente), 13 (Alfarazes), 18 (Guarda-Gare) e 14 (Parque Industrial) são os mais problemáticos/piiores servidos (fig. 5). Por isso, requerem uma maior atenção e intervenção para minorar/superar os problemas.

FIG. 5 – Lugares mais problemáticos/pior servidos

- os lugares 1 (CMG/Tribunal/H. Turismo/J. José Lemos), 6 (P. Saúde/Av. D. Amélia/Al. S. André/Torrão), 12 (Esc. Sec. Sé/Sra. Remédios), 7 (P. Municipal/Estádio/Inatel/Esc. Sec. Af. Alb.) e 2 (Sé/Santa Clara) são os menos problemáticos ou melhor servidos (fig. 6).

FIG. 6 – Lugares menos problemáticos/melhor servidos

- apesar de todos os lugares apresentarem aspectos positivos e negativos, regista-se um maior número de lugares com percepções negativas (11 lugares) que positivas (8 lugares) – fig. 7. Os lugares que têm por parte dos inquiridos uma imagem mais positiva que negativa são por ordem decrescente de respostas: 1 (CMG/Tribunal/H. Turismo/J. José Lemos), 12 (Esc. Sec. Sé/Sra. Remédios), 7 (P. Municipal/Estádio/Inatel/Esc. Sec. Af. Alb.) , 6 (P. Saúde/Av. D. Amélia/Al. S. André/Torrão), 2 (Sé/Santa Clara), 10 (Castelos Velhos/Tapada Coelho/Modelo), 19 (Sequeira/Rasa) e 9 (Urb. Ferrinho/Catraia Alegria).

- existem lugares com poucas menções nas respostas atribuídas para os 38 aspectos da qualidade de vida considerados, tanto em relação a serem mais ou menos problemáticas ou pior ou melhor servidos, não instituindo uma grande referência do mapa mental da cidade dos inquiridos, nomeadamente os lugares: 16 – Rio Diz/Escola S. Miguel; 9 – Urb. Ferrinho/Catraia da Alegria; 4 – Centro Comercial Garden/Prolar/Bairro da Caixa; 5 – Bonfim/Merc.Municipal/Bairro 25 Abril/Seminário; 15 – Bairro do Pinheiro; 17 – Bairro S. Domingos; 10 – Castelos Velhos/Tapada do Coelho/Modelo e 11 – Bairro da Luz/Póvoa do Mileu.

FIG. 7 – Diferença entre o número de respostas “menos problemático” e “mais problemático” por lugar

BIBLIOGRAFIA

- 1.º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana – Porto. Câmara Municipal do Porto – Gabinete de Estudos e Planeamento (Dezembro 2003).
- As Cidades em Números, INE, 2004.
- BAILLY, A. (1981) – La Géographie du Bien-Être. PUF, Paris.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1983) – Geografia Urbana. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CANTERO, Maria J. et al. (2003) – Indicadores de Calidad de Vida: Un retrato del bienestar en España. Colección Opiniones Y Actitudes, Centro de Investigaciones Sociológicas, n.º 47, Madrid.
- Comité de las Regiones de la Unión Europea (1999), Evaluar la Calidad de Vida en la Regiones y Ciudades Europeas. Luxemburgo.
- Diário de Notícias (2000), As Melhores Cidades Portuguesas, edições de 5 a 11 de Fevereiro
- FERREIRA, Vítor M. (2001) – Qualidade de Vida e Qualidade das Cidades. Jornal "Público", edição de 3 de Outubro de 2001, Lisboa.
- GONÇALVES, Hernâni (2001) – Qualidade de Vida, Seminário – Ambiente e Cidade: o Pólo da Asprela, Porto.
- Guia Turístico da Cidade e do Concelho da Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 1999.
- LOPES, António M. (1999) – Qualidade de Vida – Uma Problemática do Desenvolvimento da Sociedade, Jornal "A Página", N.º 79, Ano 8, pp. 24.
- MENDES, José F. (1999) – Onde Viver em Portugal: Uma Análise da Qualidade de Vida nas Capitais de Distrito. Ordem dos Engenheiros, Região Centro, Coimbra.
- NUSSBAUM, Martha C.; SEN, A. (2002) – La Calidad de Vida. The United Nations University. Fondo de Cultura Económica, México.
- PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles (2000) – Cidades e Urbanismo no Mundo. Instituto Piaget, Lisboa
- PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA, Câmara Municipal da Guarda, 1996.
- POL, Enric; DOMÍNGUEZ, Manuel (1987) – "Calidad de Vida en la Ciudad. Claves para su comprensión contextual". Documentación Social – Revista de Estudios Sociales Y de Sociología Aplicada, Madrid, n.º 67, pp. 231–241.
- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO DE 1960, Tomo I, Vol. I – População Residente nos Recenseamentos de 1864 a 1960 por freguesias, INE.
- RECENSEAMENTOS de 1970, 1981, 1991 e 2001, INE.
- SALGUEIRO, Teresa B. (1992) – A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana. Edições Afrontamento, Porto.
- SANTOS, Luís D.; MARTINS, Isabel (2002) – A Qualidade de Vida Urbana – O caso da cidade do Porto, Faculdade de Economia do Porto, Porto.
- TOBELEM-ZANIN, Christine (1995) – La Qualité de la Vie dans les Villes Françaises. Publications de l'Université de Rouen.
- VIVER A GUARDA, Programa Polis, Plano Estratégico da Guarda (2000), Lisboa.
- WACKERMANN, Gabriel (2000) – Géographie Urbaine. Collection Universités – Géographie. Ellipses, Paris.

Sites de Referência:

- europa.eu.int/futurum/forum_convention/documents/contrib/pol/0353_r1_pt.pdf
- ultimahora.publico.pt/dossiers/cidadania/html/qualidadevida.htm
- www.admestrela.pt/observatorio
- www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=673
- www.gga.ipp.pt/seminario_ambiente.html
- www.ine.pt
- www.novaguarda.pt
- www.ointerior.pt
- www.patrimonio-turismo.com
- www.polisguarda.pt
- www.terrasdabeira.com